



Defensoria Pública
de Mato Grosso do Sul

Nudem

Informativo do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa
dos Direitos da Mulher - NUDEM



ANO 4 - 15ª Edição | Out/Nov 2017

Editorial

A 15ª edição do boletim traz o trabalho desenvolvido pelo NUDEM, na educação em direitos, com a continuidade da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, promovendo palestras nas escolas municipais, levando conhecimento aos alunos do ensino regular, EJA e aos pais sobre a Lei Maria da Penha, gênero e os direitos da mulher. Apresentamos também o novo projeto do Núcleo, que tem como parceiros a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU e a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, visando a capacitação dos profissionais da saúde nas boas práticas e as consequências jurídicas da violência obstétrica, bem como levar conhecimento às mulheres gestantes acerca de seus direitos. Na sessão de *entrevistas* trazemos a servidora pública do Tribunal de Justiça de Rondônia, Vera Lúcia Antêvere Mazzarotto, que escreveu o livro “Passou do Limite!”. O livro relata fatos verídicos, graves episódios de violência envolvendo crianças e mulheres e engloba assuntos como a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trazemos notícias relevantes, bem como sugestões de livro e filme. Nos *mitos*, apresentamos pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva Pesquisa e Estratégia, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, divulgada recentemente, que traz dados sobre a violência



sexual no Brasil. Finalizando o boletim, para conhecimento, apresentamos projetos de lei que estão em tramitação na Câmara e que defendem os interesses e direitos das mulheres.

BOA LEITURA!

Edmeiry Silara Broch Festi
Coordenadora do NUDEM



Frase destaque da edição

"Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores."

Cora Coralina.



Entrevista

“Mulheres podem e devem dar um basta a tudo que as façam infelizes”



Vera Lúcia Antêvere Mazzarotto é nascida em SP, porém, considera-se sul-mato-grossense por ter vindo para o Estado aos três anos de idade. Residiu muitos anos no Estado de Rondônia por força de um concurso no Poder Judiciário.

Há mais de quinze anos, preparando-se para a aposentadoria, ciente do assustador achatamento salarial, tem como atividade paralela ao serviço público o Turismo, trabalhando com emissões de bilhetes aéreos e hotelaria própria na cidade de Bonito-MS.

Escrever a faz feliz. Viver a faz feliz. E a felicidade é uma questão de urgência.

O retorno para o Estado do Mato Grosso do Sul está marcado pelo engajamento no que tange a literatura de forma geral e foco total na propagação do NÃO a violência doméstica e sexual infantil.

1 - Vera, conte-nos um pouco sobre você e sobre como surgiu a ideia de escrever o livro “Passou do Limite!”.

VLAM - Me considero uma mulher feliz, realizada. Hoje, aos 54 anos, tenho a plena convicção da posse da liberdade de dizer sim ou não, conforme a necessidade do momento. Tive uma infância vibrante, adolescência com algumas angústias e a vida adulta com muito gás e empoderamento para driblar os registros de violência. Muitos me perguntam se a minha formação é em Direito ou Psicologia (*risos*). Cursei até o 4º período de Direito, trabalhei por muitos anos no Poder Judiciário, mas sempre fui apaixonada pelo Turismo. E, hoje, aposentada no Judiciário, me dedico totalmente ao Turismo, à literatura e à família. A ideia de escrever o livro era um projeto antigo, pois sempre tive intenção de fazer com que a história da garota Maysa – personagem principal – servisse para amenizar ou até mesmo para evitar as dores de outras crianças ou mulheres, por sofrerem vários tipos de violência.

2 - O livro, lançado em 2007 e relançado em 2016, aborda, com relatos verídicos, a violência contra mulheres e crianças. Conte-nos um pouco sobre ele.

VLAM - Por tratar-se de uma história verídica, o livro foi escrito rapidamente, com o cuidado na ordem cronológica dos acontecimentos. Nele é contada a história de uma família – como milhares e milhares de famílias – onde por quase três décadas as cenas de violência eram constantes. Espancamento, abuso sexual, impunidade, reincidências. Procurei adicionar uma pitada de humor e outros condimentos, tornando atraentes e até mais leves os registros dos dramas dessa família.

3 - Qual o maior objetivo do livro? Como usá-lo no enfrentamento à violência contra a mulher?

VLAM - O maior objetivo do relato neste livro é fazer com que as famílias atentem mais para a rotina diária de suas crianças, as quais se sentem “bichinhos” acuados, dominados e feridos por seus algozes. O algoz, na maioria das vezes, pode ser um vizinho, um tio, um religioso, um padrinho, um padrasto, e pior, pode ser o próprio pai. Crianças carecendo de socorro, mas não sabem como pedir, sentem-se impotentes, comportam-se caladas, tomadas pelo pavor. A obra enfatiza, também, o grave problema da violência contra a mulher, com o intuito de despertar atitudes que possam servir como um verdadeiro freio.

O livro poderá ser utilizado no enfrentamento à violência contra a mulher por explicitar a violência sofrida por parte da mãe da garota Maysa por mais de 26 anos, servindo como um solavanco para que todas as mulheres entendam que nasceram para experimentar a felicidade e não a violência. Que podem e devem dar um basta a tudo que as façam infelizes.

4 – Você nos falou que tem feito diversos trabalhos por todo o Brasil envolvendo o livro. Em que consistem esses trabalhos? Como isso tem ajudado outras mulheres?

VLAM - Desde a publicação em 2007, na cidade de Natal-RN, posteriormente em Porto Velho-RO, e relançamento do mesmo em 2016, também em Porto Velho, foram desenvolvidos muitos trabalhos em escolas, igrejas, eventos, onde fui por várias vezes convidada para falar sobre violência doméstica e sexual infantil. Como houve grande divulgação devido as entrevistas nas TV's e Rádios, muitos alunos de diversos cursos se interessaram a agregar o assunto do livro nos debates e fóruns.

O livro está sendo amplamente divulgado nacionalmente, a partir das apresentações da peça teatral Eros Impuro, encenada pelo ator Jones de Abreu, dirigida por Sérgio Maggio. Por termos o mesmo foco, ao final da peça, Jones de Abreu lê um trecho do meu livro, fala sobre mim, e muitos da plateia se levantam e contam abertamente as suas histórias.

5 – Quais os resultados desses trabalhos? Você tem conseguido atingir seu objetivo?

VLAM - Após o primeiro lançamento, recebi vários depoimentos. Percebi que atingi o meu objetivo a partir do momento em que as leitoras se sentiram livres para “vomitar” as suas histórias, expondo o que tanto as entristeciam, as atrofiavam. E como sabemos que após o vômito, geralmente pode vir o bem estar, então eu estava no caminho certo. As dores começavam a ser trabalhadas, amenizadas. Selecionei alguns relatos e resolvi relançar o livro, conservando a mesma capa, a mesma essência e me colocando como narradora.

Na obra atual introduzi também considerações sobre precocidade sexual, bem como, autorizadamente, o projeto “Mãos que Acolhem”, de autoria do Juiz de Direito Rinaldo Forti, da Comarca de Porto Velho-RO. A vinda de projetos de significativo valor em prol da causa contribuiu à coesão e fortalecimento do objetivo principal de “Passou do Limite!”.

6 – Faça outras considerações que julgue importante a respeito do livro e do projeto.

VLAM - Com a edição revisada, PASSOU DO LIMITE! aborda não somente a punição ao agressor, mas também o tratamento. Nele são dadas dicas para observações por parte dos pais no cotidiano de seus filhos e possíveis alterações comportamentais e o mais importante, dicas de superação. O objetivo deste trabalho é estritamente de cunho social, e não vingativo, esperando que a história auxilie, de alguma forma, aos que passaram pela mesma situação a acreditar que é possível voltar a ser feliz. O projeto visa conscientizar as mulheres que sofrem violência doméstica que a denúncia é necessária. Que devem agir em prol de si mesmas e de seus filhos, afugentando qualquer indício de maus tratos.

Nudem na Capital

Violência obstétrica

Projeto do NUDEM leva capacitação às equipes técnicas e médicos da rede de saúde municipal e realiza ciclo de palestras para grupos de gestantes.

O Projeto, que tem como parceiros a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU e a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, busca a capacitação dos profissionais da saúde, bem como levar conhecimento às mulheres gestantes acerca de seus direitos.

A violência obstétrica é um tipo de violência contra a mulher praticada pelos profissionais da saúde e que se caracteriza, em regra, pelo desrespeito,

abusos e maus-tratos durante a gestação e /ou no momento do parto, seja de forma psicológica ou física, causa a perda de autonomia e capacidade das mulheres de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida e contribui para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país.

O projeto teve início com as capacitações de médicos e demais profissionais da saúde municipal. Para proporcionar a convocação e participação de todos os profissionais que atendem as gestantes, as capacitações, realizadas em formato de Workshop, foram replicadas em quatro eventos, nos dias 25/08 e 15/09, nos períodos matutino e vespertino, na Escola Superior da Defensoria Pública. O evento teve como palestrantes o Dr. Paulo Ito, médico com pós-graduação e título em Ginecologia e Obstetria, tratando do tema da assistência humanizada ao parto e adoção de boas práticas pelos profissionais da saúde e Thaís Dominato Silva Teixeira, Defensora Pública de Defesa da Mulher, que abordou o tema dos direitos das mulheres durante a gestação, parto e pós-parto e as consequências jurídicas da prática de violência obstétrica.



Após a realização das capacitações, o Nudem iniciou a segunda etapa do projeto: a educação em direitos para as mulheres gestantes, em parceria com o Município de Campo Grande, por meio da Secretaria de Assistência Social, que visa a informação e conscientização dessas mulheres, participantes de grupos de gestantes dos Centros

de Referência de Assistência Social – CRAS, acerca de seus direitos, empoderando-as e tirando o tema da invisibilidade.

As palestras foram realizadas pela Defensora Pública Thaís Dominato Silva Teixeira e pela equipe psicossocial do NUDEM.

Confira onde já foram realizadas:



CRAS VILA NASCER, no dia 28/09/2017.



CRAS GUANANDI, no dia 06/10/2017.



CRAS ALAIR BARBOSA, no dia 05/10/2017.



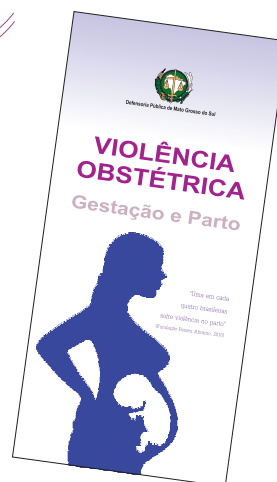
CRAS VILA POPULAR, no dia 09/10/2017.

O NUDEM defende o direito de toda mulher de ser protagonista na hora do parto e ter autonomia total sobre seu próprio corpo, tendo suas vontades e necessidades respeitadas.

Em 2016, lançou **folder informativo** acerca do tema.

Acesse através do site:

<http://sistemas.defensoria.ms.gov.br/nudem/#/>



Nudem nas escolas

Dando continuidade às demandas que chegaram ao NUDEM após a realização do I Workshop “Por uma escola mais democrática – pensando feminilidades e masculinidades” e do II Workshop “Por uma escola mais democrática - aspectos sociais e jurídicos da violência de gênero”, a parceria com a Divisão de Educação e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e o NUDEM segue para a realização de palestras nas Escolas e EJAS, tanto para pais quanto para os alunos. Confira as escolas onde a equipe do NUDEM realizou palestras para informar e conscientizar sobre a Lei Maria da Penha, igualdade de gênero e direitos das mulheres.

09/08/2017 - Escola Municipal Prof. Maria Teresa Rodrigues



12/09/2017 - Escola Municipal Nerone Marolino



20/09/2017 e 22/09/2017 - Escola Municipal Osvaldo Cruz



O NUDEM segue com o projeto de educação em direitos durante todo o ano. Para solicitação de palestras ou capacitações envie-nos um e-mail para: nudem@defensoria.ms.def.br.





Sejam Todos Feministas – de Chimamanda Ngozi Adichie: De forma bem direta e clara, mas também bem-humorada, Chimamanda aponta diversas situações aparentemente banais onde o machismo se manifesta na vida das mulheres: por exemplo, quando o garçom dá a conta para o homem da mesa, presumindo que ele é quem paga pois os homens são provedores; ou a forma como nós, mulheres, somos educadas a competir com outras mulheres — mas não com relação à carreira, o que ela acredita que seria uma competição benéfica, mas sim pela atenção dos homens. Adichie também fala que meninos são criados a partir de uma ideia de masculinidade muito limitada, que lhes nega a chance de serem mais humanos, vulneráveis, o que contribui para a construção de uma identidade de gênero pautada pela brutalidade. A espinha dorsal do discurso é mostrar o caráter de gênero intrínseco a esses problemas, sejam os da ordem cotidiana até as coisas maiores, como a desigualdade salarial, a falta de representação política e o déficit educacional de mulheres em países menos desenvolvidos. Chimamanda relaciona essas questões ao machismo estrutural e também desconstrói o estereótipo negativo do feminismo, concluindo que, para o mundo mudar para melhor, é preciso que sejamos todos feministas.



#PrimaveraDasMulheres: O documentário, dirigido por Antonia Pellegrino e Isabel Nascimento e Silva, retrata a historiografia do novo movimento feminista brasileiro, traçando a cronologia das ações e manifestações que impuseram o debate da desigualdade de gênero a partir da voz de suas principais protagonistas. #PrimaveraDasMulheres revela um movimento social vibrante, uma floresta exuberante. Árvores frondosas de troncos grossos que polinizam a terra à sua volta e fazem a sombra necessária para que brotem ao seu redor novas sementes. Acima da terra, vemos plantas distintas, cada uma de uma espécie, dando frutos diferentes. Contudo, no subterrâneo, todas têm em comum raízes profundas entrelaçadas. Enredadas. Erguem-se acima do chão porque estão, no íntimo, atadas. São essas raízes emaranhadas que permitem que esta floresta sobreviva intempéries. Vento, chuva demais ou de menos. PECs, PLs. Retrocessos. Backlashes. #PrimaveraDasMulheresNoGNT busca expor essas raízes imbricadas, mostrar a exuberância dessa floresta e por que ela apavora os conservadores. O documentário pode ser assistido pelo GloboSat Play e será reexibido dia 18 de novembro, às 00h30min no GNT.



O GLOBO – 18/10/2017

Twitter anuncia regras mais duras para combater o assédio sexual. Rede vai apagar 'contas identificadas como fonte de nudez não consentida'. O Twitter anunciou regras mais duras para regular tuítes que contenham "nudez não consensual" e mensagens de assédio, em uma intensificação da luta contra a agressão sexual em meio ao escândalo de abuso protagonizado pelo produtor de Hollywood Harvey Weinstein. As novas regras começarão a ser aplicadas nas próximas semanas, informou o Twitter na terça-feira à noite.

A rede social "suspenderá imediatamente e de forma permanente qualquer conta identificada como a fonte original de nudez não consentida e/ou usuários que claramente estão publicando informação para assediar alguém", afirma o comunicado. O Twitter define "nudez não consensual" como "conteúdo com imagens debaixo de saias" ou "conteúdo de câmeras ocultas", entre outros. Como as pessoas que aparecem nestas imagens "frequentemente não sabem que o material existe, não vamos exigir uma notificação da vítima para removê-lo", explica o comunicado. O Twitter também indicou que as conversas com teor sexual e a troca de publicações sexuais será "inaceitável" e prometeu adotar ações quando for notificado.

HUFFPOST Brasil – 17/10/2017

São Paulo e Nova Déli: As cidades mais perigosas no mundo para ser mulher.

De acordo com pesquisa do Instituto Reuters, as capitais são as piores para as mulheres em relação à crimes sexuais. No Brasil, a cada onze minutos é notificado um novo caso de estupro. Pelo menos 90% das brasileiras afirmam ter medo de serem vítimas de agressão sexual. Na maior cidade do país, a realidade é um reflexo dos índices do Mapa da Violência: São Paulo tem pelo

menos quatro novos registros de assédio sexual em transporte público por semana.

Foram selecionadas 19 cidades, todas elas com pelo menos 10 milhões de habitantes, para serem avaliadas. Cultura nociva às mulheres, acesso à saúde e oportunidades no mercado de trabalho foram outros quesitos analisados pela instituição, além do assédio e da violência sexual. Na lista, São Paulo está na 11ª posição geral. A primeira é ocupada pela cidade do Cairo, no Egito, seguida por Kinshasa, no Congo, e Carachi, no Paquistão. Com mais de 21 milhões de habitantes, a capital paulista foi a sexta pior quando se trata de acesso à saúde e a pior da lista em relação à violência sexual.

HUFFPOST Brasil – 16/10/2017

Por que nódulos não são o único sintoma do câncer de mama, segundo esta pesquisa.

"É vital que as mulheres saibam que nódulos não são o único sintoma do câncer de mama", diz pesquisadora. Para detectar o câncer de mama em fase inicial, as mulheres precisam ter consciência de sintomas que podem não incluir um nódulo. É essa a mensagem de uma equipe de pesquisadores. Eles descobriram que uma em cada seis mulheres (17%) diagnosticadas com câncer de mama procura o médico por um sintoma que não é um nódulo.

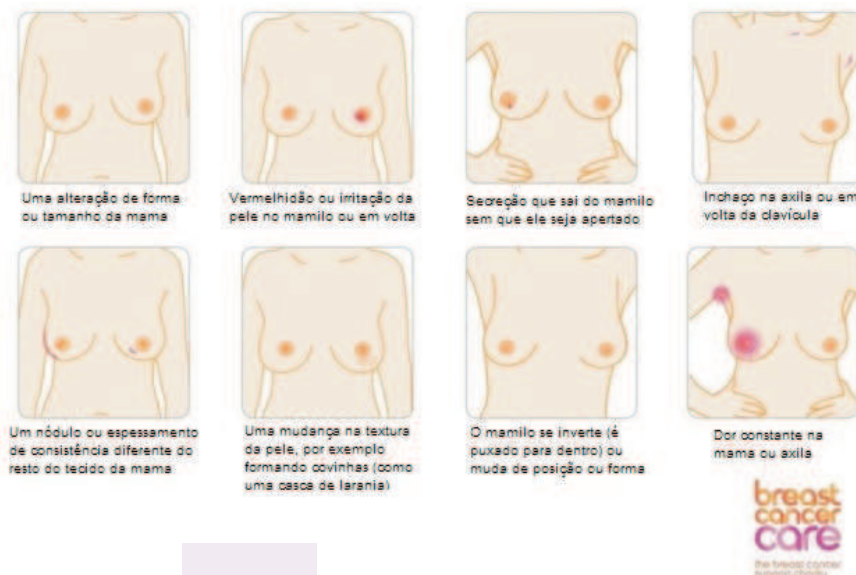
Descobriram que, embora a maioria das mulheres com câncer de mama procure o médico rapidamente, aquelas cujos sintomas não incluíam nódulos tendiam a adiar mais a ida ao médico, comparadas às mulheres que apresentavam apenas um nódulo no seio.

Os sintomas que não são nódulos nos seios mas que podem ser indícios de um câncer incluem anormalidades no mamilo, dor nos seios, anormalidades na pele, ulcerações, anormalidades no formato das mamas e uma mama inflamada ou infeccionada.

As mulheres com nódulos nos seios e sintomas que não eram nódulos também tendiam a levar mais tempo para procurar ajuda médica. As mulheres com ulcerações nas mamas, anormalidades nos mamilos, infecção ou inflamação nas mamas, inchaço nas axilas ou nos

braços e dor nas axilas demonstraram tendência maior a esperar mais que três meses para procurar o médico.

A mensagem de que "o câncer de mama não é apenas um nódulo" é ecoada pela organização Breast Cancer Care, que criou o cartaz ao lado para chamar a atenção a outros sintomas aos quais frequentemente deixamos de dar a atenção devida.



G1 – 11/10/2017

Regiões Centro-Oeste e Norte são as mais machistas do país, diz pesquisa.

Levantamento ouviu 2.002 pessoas, e verificou que 67% dos moradores dessas áreas reconhecem que já reproduziram frases machistas.

Os dados foram coletados a pedido da cerveja Skol. O estudo revelou que 7 em cada 10 brasileiros assumiram ter falado, alguma vez na vida, comentários preconceituosos – embora 83% deles tenham se declarado não preconceituosos. De acordo com o estudo, os comentários mais reproduzidos nessas regiões foram:

- "Mulher tem que se dar ao respeito" (53%)
- "Mulher ao volante, perigo constante" (30%)
- "Ele(a) é bonito(a), mas é gordinho(a)" (29%)
- "Isso é coisa de 'viado'. É 'viadagem'" (26%)
- "Não sou preconceituoso, até tenho um amigo negro" (24%)

Além da constatação sobre o machismo, o levantamento do Ibope também reuniu as seguintes constatações:

- 18% dos entrevistados da região Norte e Centro-Oeste se declaram preconceituosos.
- Mesmo entre os que não se julgam preconceituosos, 78% já falaram comentários preconceituosos.
- 67% dos entrevistados da região já fizeram comentários machistas.
- 45% já fizeram comentários racistas.
- 47% já fizeram comentários homofóbicos.
- 36% já fizeram comentários de preconceito estético/gordofobia.

Câmara Notícias – 05/10/2017

Debatedoras cobram tratamento rápido para câncer de mama no SUS após diagnóstico.

Em sessão solene pelo Outubro Rosa no Plenário da Câmara dos Deputados, participantes defenderam o cumprimento efetivo da chamada "Lei dos 60 dias" (Lei 12.732/12), que garante às pessoas diagnosticadas com câncer o início do tratamento em até 60 dias. O Outubro Rosa é um movimento mundial de conscientização sobre a importância de detecção precoce de câncer de mama – o tipo mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, depois do de pele não melanoma, respondendo por cerca de 28% do total de casos.

Coordenadora da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) ressaltou que apenas 60% das pessoas diagnosticadas com câncer têm o tratamento iniciado até 60 dias após o diagnóstico. Ela defendeu ainda nova lei para garantir que pacientes com suspeita de câncer tenham a garantia de exames para confirmar o diagnóstico em até 30 dias.

"A Lei dos 60 dias não funciona", denunciou a oncologista Cátia de Paiva Fernandes, do Hospital Mário Kroeff, do Rio de Janeiro. Ela ressaltou que o câncer de mama é a quinta causa de morte entre mulheres no mundo e a primeira causa de morte entre pessoas com câncer no Brasil. E salientou a importância de ultrassonografias e mamografias, que muitas vezes não seriam liberadas pelo SUS. "O câncer bate na porta de qualquer um, não precisa ter história familiar", observou. Conforme a médica, a cada 10 mulheres com câncer de mama, 9 não têm história familiar.

Maria Lúcia da Silveira, diretora do Hospital Federal do Andaraí, ressaltou que, quando descoberto no início, há 95% de probabilidade de recuperação total do câncer de mama.

Datas comemorativas

OUTUBRO

- 01/10 - Dia Nacional de Doação do Leite Humano
- 10/10 - Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher
- 11/10 - Dia Internacional das Meninas
- 12 a 18/10 - Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância
- 15/10 - Dia Mundial da Mulher Rural
- 25/10 - Dia Internacional contra a Exploração da Mulher

NOVEMBRO

- 20/11 - Dia Nacional da Consciência Negra e Início da Campanha Nacional dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres
- 25/11 - Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher e Início da Campanha Internacional dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres
- 27/11 - Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama



Mitos

“Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”



Pesquisa inédita, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva Pesquisa e Estratégia, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, foi divulgada recentemente e ouviu 1.000 pessoas de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, em 70 municípios das cinco regiões, entre os dias 6 e 19 de julho de 2016. Confira os números:

- Questionamentos ao machismo ganham força na percepção da população: **96% concordam que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a ter medo.**
- **76% das mulheres e 67% dos homens** consideram que a **impunidade** é o principal motivo para que um homem cometa uma violência sexual contra uma mulher.

- **39% das mulheres entrevistadas afirmaram que já foram pessoalmente submetidas a algum tipo de violência sexual. Fazendo uma projeção é possível estimar que 30 milhões de brasileiras já foram vítimas de violência sexual.**
- **NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:** espontaneamente, apenas 11% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido alguma forma de violência sexual, número que sobe a 39% quando são apresentadas a uma lista de situações que se configuram como agressões sexuais. Em relação aos homens, espontaneamente apenas 2% admitem ter cometido violência sexual, mas diante da lista de situações, 18% reconhecem terem praticado a violência.
- Espontaneamente, **37% afirmam conhecer alguma mulher que já foi vítima de violência sexual; mas diante de uma lista de situações, 55% declaram já ter presenciado ou ficado sabendo de algum caso.**
- Para **94% das mulheres e 91% dos homens**, é considerada violência sexual uma mulher ter fotos ou vídeos íntimos divulgados sem sua autorização.
- **Quando questionados sobre o que acham que acontece com um homem que comete**

violência sexual, 52% consideram que não acontece nada, enquanto 29% acreditam que o agressor é preso.

- Para 59% dos entrevistados, as vítimas de violência sexual que denunciam não recebem o apoio de que precisam e que 54% acreditam que as vítimas não contam com o apoio do Estado para denunciar o agressor.
- **74% afirmam que nenhum delegado deveria perguntar para uma mulher vítima de estupro como ela estava vestida e 54% acreditam que procurar uma justificativa para o estupro no comportamento da vítima significa culpar a mulher.**
- **69% das brasileiras associam a violência sexual ao machismo, enquanto que para 42% dos homens a violência sexual acontece porque a mulher provoca.**
- Quando perguntados sobre os motivos pelos quais um homem comete violência sexual contra uma mulher: **para 67% o homem comete violência sexual porque 'não consegue controlar seus impulsos; para 58%, porque bebe ou usa droga; e para 32% porque tem problema mental.**

Para conferir a pesquisa na íntegra, acesse o site do Instituto Patrícia Galvão.



Projetos de lei que estão em tramitação e que defendem os direitos da mulher. Ambos podem ser acessados inteiro teor pelo site da Câmara dos Deputados.

PL 8330/2015

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou proposta que altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – 8.742/93) para criar um benefício eventual a ser pago à mulher vítima de violência doméstica e familiar. O benefício deverá ser pago por prazo não inferior a seis meses.

Segundo o texto, a situação de vulnerabilidade temporária fica caracterizada pela possibilidade de danos à integridade pessoal da mulher ou de seus familiares, incluindo perdas decorrentes da privação de bens.

Relatora na comissão, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentou parecer pela aprovação. “Entendemos ser de fundamental importância a aprovação do projeto porque ele complementa a lógica de tratamento integral, conferido pela Lei Maria da Penha, e oferece mais um importante instrumento de proteção à mulher vitimada”, disse a relatora.

De acordo com a deputada, ao prever o pagamento de benefício assistencial, o projeto garante a possibilidade de reestruturação patrimonial da vítima e aumenta as chances de sua libertação de uma condição “patriarcal, machista e opressora”.

A relatora citou estudo feito pela Secretaria de Transparência do Senado que aponta o medo do agressor como a principal razão para a não formalização de denúncia por parte da mulher. O mesmo estudo conclui que a dependência financeira e a preocupação com a criação dos filhos também despontam como graves empecilhos à efetividade da Lei Maria da Penha.



Tramitação

O projeto será agora analisado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

PL 7441/2010

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou proposta que obriga o Estado a indenizar vítimas de violência sexual ou doméstica quando ficar provada omissão ou negligência do poder público.

Pelo texto, a indenização administrativa por danos morais será de até 60 salários mínimos. A vítima poderá também entrar na justiça para exigir reparação por danos morais de maior valor, a critério do magistrado que julgar o caso.

Foi aprovado um substitutivo da relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), para o Projeto de Lei 7441/10, da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

O texto original garantia à vítima de violência doméstica ou sexual indenização de R\$ 50 mil,

acrescida de pensão mensal de R\$ 510, corrigida anualmente, aos filhos menores de 18 anos ou incapazes.

Flávia Morais, que já havia relatado a matéria pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, defendeu a aprovação do mesmo parecer. Nele, a relatora propõe que o valor da indenização seja definido por salários mínimos e não como valor fixo.

“A indenização por danos morais aos dependentes das vítimas dessa violência não só proporcionará apoio aos familiares que sofrem com a perda, mas também responsabilizará o Estado nos casos em que, por ação ou omissão, poderia ter evitado a ocorrência do crime”, disse a relatora.

Aposentadoria

Além disso, pelo texto aprovado, caso a vítima sofra agressão que a deixe com sequelas e a impeça de trabalhar, ela poderá requerer aposentadoria por invalidez com valor de pelo menos um salário mínimo. A aposentadoria será concedida independentemente de carência ou de a vítima ser segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O benefício só será concedido depois da sentença final, ou em segunda instância, que comprove o crime de violência sexual ou doméstica, explicitada a omissão ou negligência do poder público.

A aposentadoria por invalidez deverá ser solicitada na Previdência Social, com a decisão judicial usada como documento. O texto inclui a concessão da aposentadoria na Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91).

Dependentes

Em caso de morte da vítima, a aposentadoria por invalidez será destinada aos filhos ou irmãos menores de 21 anos, ou inválidos, com deficiência intelectual, mental ou física grave de qualquer idade. O menor tutelado, sob guarda, e o enteado são equiparados a filhos, comprovada a dependência econômica.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Fonte: Câmara notícias)



DENUNCIE

Violência contra a mulher:
Você pode combater
a impunidade.



EXPEDIENTE



Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Defensoria Pública-Geral do Estado
Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
NUDEM

Luciano Montalli
Defensor Público-Geral do Estado

Júlia Fumiko Hayashi Gonda
Primeira Subdefensora Pública-Geral

Angela Rosseti Chamorro Belli
Segunda Subdefensora Pública-Geral

Edmeiry Silara Broch Festi
Defensora Pública de Defesa da Mulher
Coordenadora do NUDEM

Colaboradores da 15ª edição - Out/Nov 2017:

Natália Gonçalves Lemos – Assessora Jurídica
Vera Lúcia Antêvere Mazzarotto – Servidora Pública, autora do livro “Passou do Limite!”

Arte, revisão e diagramação:
Moema Urquiza - Assessoria / Escola Superior da Defensoria Pública de MS

Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Rua Raul Pires Barbosa, 1.519 - Bairro Chácara Cachoeira
79040-150 - Campo Grande-MS
Email: escolasuperior@defensoria.ms.gov.br
Fone: (67) 3317-4427

**Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher
NUDEM**
Rua Joel Dibo, 238 - Centro
79002-060 - Campo Grande-MS
Email: nudem@defensoria.ms.gov.br
Fone: (67) 3313-5943

Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Núcleo de Mediação
Rua Joel Dibo, 238 - Centro
79002-060 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3313-5918

Defensoria Pública de Defesa da Mulher - Casa da Mulher Brasileira
Rua Brasília, S/N, Lote 10A, Quadra 2 - Jardim Imá
Campo Grande-MS
Fone: (67) 3304-7589